OUTORGA DE MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS - JOSÉ D. SANTA-RITA
30 DE OUTUBRO DE 2019

Gostaria em primeiro lugar de cumprimentar o Presidente do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos, Arquitecto José Manuel Pedreirinho, bem como os representantes dos diversos Órgãos da OA, os amigos e familiares presentes e ainda todos os outros homenageados e público aqui presente.

Quero agradecer, em nome da minha mãe Isabel Santa-Rita, dos meus irmãos, da minha família e ainda em meu nome, ao Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos, na pessoa do seu Presidente, a outorga do titulo de Membro Honorário ao meu pai Arquitecto José D. Santa-Rita.

Algo que no passado tinha sido proposto por alguns dos membros que comigo integraram o anterior Conselho Directivo Nacional, tendo-me na altura oposto a tal, não por considerar que não fosse justa e mais do que merecida essa outorga, mas porque o pudor com que me propus desempenhar as funções de Presidente da Ordem dos Arquitectos, me impediram de reconhecer desse modo o contributo para com a arquitectura de um pai e de um arquitecto.

Não me é fácil falar do meu pai, sobretudo porque a condição de pai e filho se confundiu durante muitos com a de colega na partilha constante, total e leal da arquitectura.

O meu pai foi um homem, bom, singular e brilhante, e posso afirmá-lo sem me ficar mal por ser verdade.

Deu-nos todo o seu amor e carinho enquanto pai, avô e sogro, e enquanto arquitecto entregou-se na totalidade à arquitectura e á cidade.
Foram prova disso os espaços de atelier que instalava nas suas casas de férias como um estranho prolongamento da praia e do mar, e o seu envolvimento no Projecto SAAL, do Casal Ventoso e dos Sete Moínhos em Lisboa, muitas vezes com o risco da sua própria vida, na maior operação do país e uma das que se perderam com o inoportuno e muito questionável abandono desse processo.

Foi um homem de total dedicação ás causas, valendo-lhe cedo a expulsão da Escola de Belas Artes de Lisboa, tendo recebido como castigo a sua transferência para a Escola de Belas Artes do Porto. Que maravilhoso castigo dir-se-ia hoje.

Era um diplomata e amigo de ensinar, um apaziguar de querelas, um homem extrovertido num ambiente intimo e mais protegido e retirado perante o público e as audiências.
Homem da historia e das estórias, amante do dialogo sem fim e sem horas, escreveu ainda um dos primeiros livros em Portugal sobre a Cidade , Abrantes Cidade, uma reflexão critica sobre a sua história e desenvolvimento.

Dotado de uma invejável memória que lhe permitia fixar tudo quanto ouvia e lia, valeu-lhe tal uma invulgar capacidade de assimilação que se traduzia numa profunda cultura, que incluía leituras tão diversas, que iam desde a História de Portugal, de África, dos índios da América do Norte, à Filosofia, à Geografia, ao Camilo

Castelo-Branco, ao Fernand Braudel, entre muitos outros, e onde caberiam mais tarde, a construção de um dicionário, interrompido, dos nomes e apelidos Alentejanos e da origem dos mesmos, e um conjunto de aulas que viria a dar no final da vida, a convite do Professor Rafael Moreira, na Universidade Nova de Lisboa, sobre a geografia e historia da costa leste de África.

Partilhava com prazer e desinteresse o seu o sábio saber, com os seus grandes e mais próximos amigos, de longa data e de vários momentos, pelos quais tinha o maior respeito por tudo quanto com estes tinha aprendido e vivido, não podendo deixar de referir entre outros; Bartomeu Cid dos Santos, Paula Rego, João Esteves, Manuel Vicente, Raul Santiago Pinto, Aquilino Ribeiro Machado, Artur Pinto Martins, Duarte Castel-Branco, Luís Vicente da Silva, Raul Cerejeiro, Raul Hestnes Ferreira, Manuel Sousa da Câmara, Maria Emilia Sousa, Carreira Marques, António Marques Miguel, Luisa Bordado e António Janeiro, bem como os aqui presentes, Rosário Venade, Helena Lapa, Pedro Pezarat Correia, David Evans, Armando Morgado e Alberto Souza de Oliveira.

Partilhou sem restrições muitas das grandes oportunidades profissionais que teve, construindo ateliers e parcerias, das quais a que mais perdurou foi a com Manuel Vicente, na qual se incluiu o Atelier conjunto para o Plano das Olaias.

O estudo para Martim Moniz iniciado em conjunto com Fernando Távora, que viria a ser descontinuado, deu a dar lugar a um concurso público, para o qual constitui uma memorável equipa com Manuel Vicente, Raul Hestnes Ferreira, Bartolomeu Costa Cabral, e Gonçalo Byrne, restando dessa participação uma ou outra cópia das ideias e reflexões então esboçadas para esse lugar.

Foi um professor e formador para muitos, e tal como acontecerá no caso de muitos outros colegas, nunca terei palavras nem actos que permitam agradecer-lhe tudo o que nos ensinou e colocou ao nosso dispor.

Morreu muito cedo com 70 anos apenas, durante um passeio a cavalo com amigos, na Ericeira, terra que desde há muito tinha elegido como sua preferida.
Seria o ultimo passeio dos muitos que se habitou a fazer desde a sua infância.
Morreu com o sentido da liberdade, da liberdade que sempre desejou e com a qual acreditava que deveria ser exercida a Arquitectura.
Livre nas suas opções e independente nas decisões, para além das impostas pelos contextos e pela própria natureza das circunstancias e dos programas.

Olhava com preocupação a progressiva desqualificação da profissão de Arquitecto, acreditando além do mais que a arquitectura exigia um tempo e uma liberdade não compaginaveis, com regras generalizáveis a todas s profissões.

Por ocasião da inauguração da obra da Casa dos Bicos, no âmbito da XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura, obra que viria a ser classificada como Monumento Nacional, na presença do então Ministro da Cultura Dr. Lucas Pires, afirmou que vivíamos momentos de falência da representação das Instituições e do Estado, referindo-se ao Edifício da Sede do Conselho de Ministros, aliás ainda hoje existente, interrogando-se como

seria possível uma instituição granjear o respeito e o reconhecimento dos cidadãos se a mesma se localizava já não como outrora sucedia, numa praça, numa avenida, num largo, ou até numa simples rua, mas sim num edifício de especulação localizado numa Travessa ainda para mais projectada à Rua Possidónio da Silva.

Em seu entender os políticos teriam a obrigação de acreditar no poder da Arquitectura e na sua capacidade de construir novos lugares para o Homem e para as Instituições, e para isso tinham também a obrigação de defender a sua qualidade e oferecer as melhores condições para todas as profissões envolvidas nesse processo incluindo é claro os Arquitectos.

João Santa-Rita